Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,

Entrando agora na fase final da discussão na especialidade da proposta de Orçamento para 2016, o Governo Regional volta a afirmar a firme vontade de harmonizar o trajeto de consolidação das contas públicas com a sustentação de um clima social e económico que permita continuar o processo de desenvolvimento e a promoção e defesa dos interesses dos Madeirenses e Porto-santenses.

Renovamos aqui o desígnio deste Governo, que passa pela afirmação da Região como uma terra socialmente coesa, onde se protege as famílias, onde se incentiva os jovens, onde se apoia as empresas, onde se criam condições para atrair investimento, onde se promove a competitividade e se defende o emprego.

O Governo está convicto que esta proposta de Orçamento contempla as opções essenciais para conseguirmos alcançar as bases da estabilidade social e económica e, sobretudo, garantir o nosso futuro coletivo.

São as opções que nos permitirão melhorar as condições de vida dos Madeirenses e Porto-santenses, quer através da antecipação do alívio fiscal com uma redução do IRS para o escalão de mais baixo rendimento mas que beneficiará todos os contribuintes, quer através da reposição dos salários na função pública, aumentando o rendimento disponível de muitas famílias.

São as opções que promoverão a justiça social, garantindo que aqueles que estão em maiores dificuldades beneficiem de mais e melhor proteção social, ajudando os desempregados e favorecendo a igualdade de oportunidades, posição bem evidente no aumento significativo das transferências para as medidas ativas de emprego.

São as opções que possibilitarão melhorar a qualidade dos serviços públicos, em especial na educação, na saúde e na habitação social, e que nesta Proposta se realiza através dos investimentos de apoio à infância, aos jovens, aos idosos e às famílias.

Este é também um orçamento de responsabilidade financeira e social, porque mesmo aumentando as dotações primordiais para as funções sociais, não deixa de reduzir ao essencial os gastos de funcionamento interno da Administração Pública, aumentando a qualidade da despesa pública.

Perante uma proposta realista e de verdade, muitas foram as críticas que ouvimos ao longo deste debate, onde também não faltou alguma demagogia, numa ou noutra ocasião – felizmente em poucas ocasiões –, descaradamente debitada.
Encaramos estas críticas com sentido democrático, embora considerando que muitas dessas críticas ignoram o muito de positivo que este Orçamento encerra.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores deputados,

Sabemos que não nos esperam facilidades.

Mas diga-se, em abono da verdade, que de facilidades não reza a nossa história, nem que tão-pouco estávamos a contar com essas facilidades.

O nosso passado coletivo revela uma história de superação, sempre feito da luta contra as adversidades, fossem elas naturais, económicas, sociais ou mesmo políticas.

A magnitude dos desafios que nos esperam exigem que nos unamos em torno da sua resolução, sempre sob o desígnio do bem comum, para garantir a melhoria das condições de vida dos nossos concidadãos.

E aqui os partidos que suportam o atual Governo da República – (e para quem já se tenha esquecido relembro que são) o PS, a CDU e o BE, todos aqui representados –; estes Partidos, dizia eu, têm uma responsabilidade acrescida, aguardando-se com expectativa a concretização das promessas e dos compromissos que foram fazendo ao longo desta semana, já que tal significará, por exemplo:

- Que teremos muito em breve um novo e moderno hospital na Madeira;

- Que teremos poupanças muito significativas com o serviço da dívida, que poderão ser canalizadas para aumentar o rendimento das famílias;

- E que serão reforçadas as dotações orçamentais para a nossa segurança social, para reforçar ainda mais as nossas políticas sociais, criando, por exemplo, suplementos remuneratórios para as classes mais desprotegidas.

Espero sinceramente que estes Partidos que suportam o Governo tenham o maior sucesso nas suas incursões pelo Continente, já que contamos ainda com eles para:

- Nos ajudar a recuperar, já em 2016, os mais de 40 milhões de euros que nos foram subtraídos por ano em 2007, na infeliz revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, dinheiro esse que nos permitiria, por exemplo, baixar o IRS para os níveis que todos desejamos;

- Mas também para reavermos os 60 milhões de euros de receita de sobretaxa de IRS que foram retidos em Lisboa, e que nos são legitimamente devidos, como bem deixou vincado o atual líder Parlamentar do PS na Assembleia da República;

- Ou ainda para o Orçamento do Estado nos devolver os 55 milhões de euros de IRS variável que foram retidos desde 2009, dos quais 7,5 milhões de euros são devidos aos Municípios da Região.

Pela nossa parte, afirmámos sempre a disponibilidade para um entendimento em torno das matérias estratégicas para o nosso desenvolvimento e cuja resolução depende de políticas essenciais e de um esforço redobrado de entendimentos e compromissos, que permitam ultrapassar as situações que possam penalizar o nosso desenvolvimento e comprometer o crescimento económico.

Procuraremos encontrar consensos institucionais em matérias de regime ou que conduzam à melhoria do nosso nível de vida, mas não contem connosco para aprovar medidas, por mais populares que sejam, que ponham em causa o nosso futuro.
Esperamos, com sinceridade, que esta mesma postura de responsabilidade esteja presente na República, já que muitas das medidas que forem aprovadas na Assembleia da República terão repercussões diretas na nossa Região em geral, e neste orçamento em particular.
Devo confessar a minha preocupação, não só pelas meias "traições" a que temos assistido nestes primeiros tempos no casamento envergonhado das esquerdas, como também pela demagogia e até

por alguma irresponsabilidade que decorrem de algumas propostas apresentadas por alguns Partidos que apoiam o Governo da República, e que nada de bom augura se esta for – como julgamos ser – a amostra do que defendem na Assembleia da República.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores deputados,

Se em nome da democracia procuramos o consenso, num outro plano, o da resolução dos diversos problemas com que a Região se defronta, afirmamos as nossas convicções, os nossos objetivos, e o nosso firme compromisso com a nossa Região.

Em política não bastam, todavia, as palavras.

Elas não passam de intenções, que devem ser permanentemente concretizadas.
Quer isto dizer que à vontade política deverá corresponder a vontade real de melhorar a nossa qualidade de vida.

E a vontade política deste governo está bem patente no seu programa, mas ainda mais na vontade real de o concretizar, agora materializada nesta proposta de orçamento, que é o mais adaptado à nossa realidade, à conjuntura que ainda enfrentamos e aos recursos de que dispomos.

Do que necessitamos acima de tudo é de consistência, responsabilidade e credibilidade, e não seria justo nem seria leal para quem nos elegeu se embarcássemos em aventuras, em discursos fáceis ou em ações voluntariosas.

Quereríamos ir mais longe, por exemplo, no desagravamento fiscal? Naturalmente que sim!

Para isso e por isso, trilhámos este caminho.

Não é o mais fácil e provavelmente não será o mais popular, mas é de certeza o que devemos trilhar, por ser o mais responsável e aquele que nos há-de levar a uma sociedade mais próspera e mais justa para todos os Madeirenses e Porto-Santenses.

Muito obrigado e um Feliz Natal para todas as Senhoras e para todos os Senhores Deputados.

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 18 de Dezembro de 2015